



Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 08/09/2015

Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e quinze, em convocação para realização da reunião ordinária no período das quatorze às dezoito horas, no Auditório Meri Baran, Centro Administrativo São Sebastião/CASS, reuniu-se pelo segmento dos Usuários – Conselheiro Eduardo Novais de Souza e Conselheira suplente Kátia Lopes Siqueira (Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro – FAFERJ); Conselheira Zorete Andrade da Silva (Associação de Amigos, Familiares e Doentes Mentais do Brasil – AFDM); Conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular - ACADIM); Conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM-RIO); Conselheiro Carlos Henrique Alves (Conselho Distrital de Saúde da AP 1.0); Conselheira Maria Alice Gunzburger Costa Lima (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); Conselheira Sônia Regina G. da Silva e Conselheira suplente Helena Manhães Soares (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); Conselheiro João Dionísio Menezes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); Conselheiro Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); Conselheiro Mauro André dos Santos Pereira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo segmento dos Profissionais de Saúde – Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro – SASERJ); Conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); Conselheiro Diogo Cerqueira Vander Heider (Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro – SINFAERJ); Conselheira Sheila Marino (Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINFERJ); Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED); Conselheiro Diego de Faria Magalhães Torres (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no RJ – SINFITO) e Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI). Pelo segmento dos Gestores/Prestadores de Serviços – Conselheira Ângela Rocha de Lamare Leite (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira e Conselheiro suplente David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); Conselheiro Rogério Marques Gonçalves (Secretaria Municipal de Saúde - SMS) e Conselheira Cristina Guedes Veneu (Viva Rio). A reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ) iniciou-se tendo como pauta: **Distribuição da Ata de 11/08/2015;** 1) **Deliberação das Atas de 16/06 e 14/07/2015;** 2) **Deliberação dos processos: 09/001487/2015. Assunto:** Hospital Municipal Evandro Freire - Habilitação da UTI Tipo II - **AP 3.1; 09/001756/2015. Assunto:** GAMIR - Grupo de Assistência Médica Integral de Realengo Ltda - **Chamada Pública 001/2015 - Imagem - AP 5.1; 09/002015/2015. Assunto:** Hospital Municipal da Mulher Mariska Ribeiro - 11(onze) leitos de Ucinco e 04 (quatro) leitos

de Ucinca - **AP 5.1 - 05 minutos**; 3) **Ofício CDS AP 3.2 nº 43/2015**. Assunto: Homologação da decisão do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2 sobre a reestruturação do modelo de Atenção Básica da Área Programática da AP-3.2 dos Territórios descobertos pelas Estratégias de Saúde da Família e a acessibilidade dos usuários da área - **30 minutos**; 4) **Comissão de Educação Permanente**: Apresentação de vídeo sobre Atendimento de Emergência de doenças neuromusculares - **30 minutos**; 5) **Comissões do Conselho Municipal de Saúde - 10 minutos**; 6) **Informes da Secretaria Executiva do Conselho - 5 minutos**; 7) **Informes do Colegiado - 30 minutos**. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Salvador de Lima Filho** deu boa tarde e iniciou a reunião às quatorze horas e trinta minutos, em segunda convocação de acordo com o que define o Regimento Interno. A **Coordenação da Mesa** foi composta pelos seguintes membros do Colegiado: **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes, representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1 pelo segmento dos usuários**, em substituição ao Presidente do Conselho o **Conselheiro Daniel Soranz**; **Conselheira Sônia Regina G. da Silva, representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2 pelo segmento dos Profissionais de Saúde**, **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano, representante do Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED pelo segmento dos Gestores/Prestadores de Serviços** **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira, representante da Secretaria Municipal de Saúde - SMS**. Passou a **Coordenação dos trabalhos da Mesa** para a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**. Tomando a palavra deu boa tarde e boas vindas a todos e leu a pauta. Durante a leitura da pauta a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que foi feita solicitação para inclusão de mais 3 (três) processos e pediu para que o **Conselheiro David Salvador de Lima Filho** informasse. O mesmo disse que eram 3 (três) processos da AP 1.0: **09/001760/2015 – Chamada Pública de Imagem do Centro de Medicina Nuclear da Guanabara**; **09/001763/2015 – Chamada Pública de Imagem do Centro de Medicina Nuclear da Guanabara** e **09/003326/2014 – Solicitação de Credenciamento de Cirurgias Bariátricas do Hospital do Amparo**. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** finalizou a leitura da pauta. **A pauta foi colocada em votação e aprovada pela maioria simples**. Passou para o **item 1) Deliberação das atas de 16/06 e 14/07/2015 que foram colocadas em votação e aprovadas pela maioria simples com duas abstenções**. Continuando, **item 2), Conselheira e Coordenadora da Mesa** perguntou se todos concordavam em aprovar os processos em bloco, mas como houve pedido de vistas dos processos por um Conselheiro, passou-se para o **item 3) Ofício CDS AP 3.2 nº 43/2015**. Assunto: Homologação da decisão do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2 sobre a reestruturação do modelo de Atenção Básica da Área Programática da AP-3.2 dos Territórios descobertos pelas Estratégias de Saúde da Família e a acessibilidade dos usuários da área - **30 minutos**. O **Conselheiro David Salvador de Lima Filho** fez a leitura do **Ofício CDS AP 3.2 nº 43/2015**, acima citado. Após leitura disse que a Comissão Executiva, conforme haviam pedido, tinha trazido o ponto para a plenária para homologação. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)**, chamou a **Conselheira Sônia Regina G. da Silva**, representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2 no Conselho Municipal de Saúde. A **Conselheira Sônia Regina G. da Silva**, tomando a palavra disse que tiveram uma plenária cheia no Conselho Distrital, inclusive com visitas de pessoas de outros territórios e que tinha ficado plenamente esclarecido para os demais o que eles queriam para a área deles e, que mais uma vez tinha feito para eles é que o remanejamento seria feito na área em alguns lugares que estavam descobertos e que precisavam de uma atenção dos médicos especialistas e essas coisas que estavam acontecendo no **PAM Rodolpho Rocco**. Prosseguiu dizendo que tinha sido esclarecido plenamente e que a plenária tinha optado que sim, que fosse feito o remanejamento. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)**, retomando a palavra, perguntou se poderiam colocar

em votação. Nesse momento houve uma discussão entre o **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)** e a **Conselheira Ângela Rocha de Lamare Leite (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** sobre o tempo de 30 (trinta) minutos para a homologação. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)** disse que o Governo não podia obrigar que esse Conselho fizesse o que ele queria e a **Conselheira Ângela Rocha de Lamare Leite (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** disse que não estava obrigando a nada. A **Conselheira Sônia Regina G. da Silva, representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2** tomando a palavra, disse para deixar claro que não tinha crianças lá e que eram cabeças pensantes e o que tinha sido discutido na Distrital da AP 3.2 e que tinha saído de lá enquanto proposta era que a discussão fosse feita na Distrital da AP e que esta discussão tinha sido feita e então não cabia mais porque o que eles tinham que fazer, tinham já tinham feito. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)**, interferiu na fala da Conselheira Sônia Regina e, nesse momento, houve um grande burburinho no plenário. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)**, retomando a palavra, disse que estava deliberando e que o Conselheiro Romano teria que pedir a palavra para falar. O burburinho continuou fora do microfone. A **Conselheira Sônia Regina G. da Silva, representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2**, retomando a palavra disse que tinha começado e que não tinha conseguido terminar sua fala. O que eles tinham que fazer, tinham tido o entendimento de que havia feito e que estavam dando como devolutiva para esse Conselho do que tinha sido acatado na Distrital da AP 3.2 e ponto final. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro – SASERJ)**, pedindo Questão de Ordem, deu boa tarde e disse que em primeiro lugar não estavam lá para brigarem entre si e que tinham que ter esse cuidado, porque qualquer Conselheiro que compõe a Mesa tem os mesmos direitos dos demais companheiros que estavam na plenária e queria lembrar que o direito dos conselheiros é igual a dos trabalhadores, usuários e gestores e quem tivesse no plenário e quisesse se pronunciar também tinha liberdade; então, precisavam ter o cuidado para não interromper uma discussão antes de começar e que fazer defesa poderiam fazer, tanto o companheiro **José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)** como "ela" ou o Conselheiro David poderia fazer e qualquer um dos conselheiros poderia fazê-lo. Dirigindo-se à **Conselheira Sônia Regina G. da Silva, representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2** disse que a amava de paixão, mas o que se discutia no Conselho Distrital com relação a processos e essas coisas, entendiam, mas que nenhum documento era impedido de ser discutido aqui no Conselho Municipal. Que era porque entendiam que precisa ser esgotado no Conselho Distrital e não sendo pertinente ao interesse público que o povo estaria lutando, que a Questão de Ordem era para que a Mesa não debatesse com o plenário e que permitisse quem tivesse fazendo o uso da palavra continuasse até terminar e que a mesma não gostaria de ser interrompida quando estivesse falando. Direcionando-se ao companheiro **Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3)**, dizendo que ele não iria brigar com ela e nem ela brigaria com ele. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)**, pedindo encaminhamento da Mesa, disse que a solicitação tinha sido feita para que tivesse conversado com o companheiro da Mesa que ele não tinha o direito de falar porque ficava esse embate e que se o companheiro quisesse falar poderia. Que a questão de encaminhamento era que tinham recebido o documento e tinha lido e que não cabia nenhuma deliberação de fala a não ser da representante da área. Que tinha sido deliberação da Comissão Executiva colocar em votação esse o companheiro não quisesse a homologação seria aberto outro precedente, mas que ninguém estava podendo a

fala de ninguém e que não estava lá para isso e não faria isso, mas que no momento estava deliberando o documento que tinha vindo oficializado e que iriam colocar em votação e que caberia aprovar ou não. A **Conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ)**, pedindo Questão de Ordem, disse que era uma questão que já viviam lá; que todos os processos que vinham e que estavam nas mãos do Conselho Municipal de Saúde, vinham dos Conselhos Distritais para serem homologados no Municipal o que não impedia que esses processos fossem aprovados ou não aqui diante de dúvidas. Que quando havia dúvidas eles não eram homologados mesmo porque a Executiva tendo feito o que tinha feito e que tinha ouvido de alguns companheiros que não eram conselheiros, mas eram funcionários da Casa, que não tinham deixado falarem nos conselhos deles e que a tinha deixado muito insatisfeita e muito insegura de votar. Continuou dizendo que o voto dela era contra esse fechamento e contra essa discussão, porque isso era imaturo e que se um companheiro que não era conselheiro e que estava na sua AP fazendo a sua discussão e dizia que tinha sido cerceado de falar, o assunto acabava ali. **Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI)**, disse que tinham que perceber, antes de mais nada, qual era a estrutura do Conselho Distrital e do Conselho Municipal de Saúde e que antes de chegar aqui, obrigatoriamente tinha que ir para o Distrital e que se não passasse pelo Distrital, ele nem chegava aqui. Continuou dizendo que se tinha passado no Distrital e que vinha para cá e que, necessariamente, eles não tinham que obedecer ao voto que o Distrital colocava, que aprovavam ou não e por isso que era um pleno. Disse que queria dar uma sugestão para os próximos encontros do Conselho que quando houvesse homologação da decisão se colocasse homologação ou não da decisão porque achava que ficaria muito mais claro. Que só com homologação ficava dirigido que tinham que homologar aquilo que o Distrital tinha decidido e que se colocarem homologação ou não dará outras possibilidades e não apenas a homologação. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)**, pedindo Questão de Ordem e dirigindo-se ao companheiro David, companheira Sônia, companheira Fátima e Patrícia de Albuquerque também, disse que na reunião da Executiva que foi uma reunião difícil, a posição do governo e a posição dos usuários, não de todos, mas de um que representava o Distrital, achava que aqui deveria homologar e tinha acabado, mas que não tinha sido essa posição dos profissionais de saúde e por isso tinham trazido claramente essa questão; que tinha tido o entendimento de que os 30 (trinta) minutos seriam de discussão e que estava vendo uma outra coisa. Disse o que o **Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI)** havia colocado era muito mais que pertinente, que qualquer homologação ou qualquer coisa que viesse para o Conselho Municipal e que, além no mais, tinha sido muito enxovalhado de ter trazido essa questão para o Municipal, mas que essa questão estava em segredo nos corredores da Secretaria e que por isso tinha trazido e que não havia transparência e que o próprio Conselho Distrital não tinha conhecimento disso. Continuou dizendo que tudo bem, que o municipal tinha discutido lá e tenha a posição dele, mas que não existia esse negócio de soberania do Distrital nem soberania do Municipal e que isso aqui era uma instância, inclusive no Conselho Nacional de Saúde; dizendo que eram funcionários federais e que já tinha deixado claro para eles que qualquer posição que saísse ali, iriam recorrer às instâncias superiores e que existia um Regimento de Conselhos, Nacional de Saúde, Estadual e Municipal e aqui no Rio de Janeiro, tinham os Distritais que não ocorriam em outras cidades do país. Continuou dizendo que pela Lei 8.080 e Lei 8.142 estavam no direito de fazerem essa discussão. Que toda homologação de processo tinha que ser feita discussão e que não era nem a Mesa permitir e que se ele não fizessem tinham que ir ao Ministério Público colocar que essa homologação tinha sido feita sem discussão. O **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria**

Municipal de Saúde - SMS), pedindo Questão de Ordem disse que iria usar como exemplo os processos e que hoje, por acaso, até o **Conselheiro Diego de Faria Magalhães Torres (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no RJ – SINFITO)** tinha pedido vistas dos processos que era direito de qualquer conselheiro porque o Regimento Interno do Conselho permite, inclusive, os processos assim que os conselheiros tomem conhecimento da pauta, podem vir à Secretaria Executiva olhar os processos que estão disponíveis. Que o procedimento era o processo que havia passado pelo Conselho Distrital sendo analisado por lá e que tinha vindo para o Conselho Municipal e o que a Comissão Executiva verificava era se o processo estava todo em ordem e se tinha sido aprovado dentro da ordem do Distrital e; posteriormente tramitado para o Conselho Municipal de Saúde. Então, a Comissão Executiva analisa os autos do processo para saber se está correto e perfeito para uma deliberação e que a sugestão da Comissão Executiva era de que fosse aprovado porque havia cumprido todos os procedimentos necessários. Continuou informando que um problema foi trazido para o Conselho Municipal e, como era um problema pertinente do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2, este foi remetido para a respectiva área que em reunião foi discutido e retornou ao Conselho Municipal de Saúde com um documento relatando o que havia ocorrido lá. Informou que a **Conselheira Sônia Regina G. da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2)**, participou da reunião do Distrital e que estava escrito no documento foi o que ocorreu na reunião. Então, não viam motivos para vetar a primeira votação; que primeiro tinham que saber e aí vinha a Questão de Ordem e Questão de Encaminhamento. Se a Mesa encaminhava para os conselheiros mediante a fala da conselheira e mediante o que estava escrito no documento e mediante o que já tinha sido esclarecido e discutido na reunião anterior aqui neste Conselho e se os conselheiros estariam aptos e esclarecidos para votarem. Se quisessem votariam ganhando ou perdendo, aprovando ou reprovando e se não estiverem aptos, abririam a discussão para verem porque não estavam ou o que estavam querendo fazer e assim, ganhariam tempo e essa era a Questão de Ordem e Questão de Encaminhamento para a Mesa. O **Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI)** ratificando indagou para que houvesse discussão e o **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** respondeu dizendo que estava propondo a Mesa que verificasse se o “Conselho” estava esclarecido para votar e assim indagou ao plenário quem estava esclarecido que levantem o crachá e quem não estivesse não levantasse o crachá. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro – SASERJ)**, pediu para fazer uma pergunta dizendo que se estava na pauta um debate de 30 (trinta) minutos e o **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** interferiu informando que não estava dizendo que era debate e sim que esse ponto tinha até 30 (trinta) minutos para que fosse resolvido. A **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, tomando a palavra, disse que na reunião da Comissão Executiva não tiveram entendimento diferente e que o processo veio para ser homologado e que era homologado ou não e que diante do não, abriam discussão e que esse era o encaminhamento e que parecia correto e adequado e que respeitava o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde. Continuou dizendo que a reunião tinha sido uma reunião extremamente positiva na sua avaliação porque todos tinham falado e todos os funcionários tinham sido ouvidos e que o governo de forma alguma tinha falado que era uma ordem e pronto. Que não tinha sido essa a posição até porque a reunião tinha demorado três horas e que tinham discutido a pertinência e tinham encaminhado a legislação e o Regimento e que era um detalhe que fazia diferença porque eles respeitavam como Comissão Executiva toda e qualquer colocação, dúvida, reivindicação, solicitação feita e que tinham avaliado com relação à pertinência técnica, a coerência e a adequação do Projeto que não era uma coisa

que acontecia somente na AP 3.2 e que não queria defender nada e que somente queria deixar claro que não via essa divisão, dirigindo-se ao **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)** dizendo achar que todos, no seu entendimento, que os colegas que estavam presentes, tanto os usuários quanto os trabalhadores, tinham chegado a um consenso e que tinha havido uma discussão de fato com vários posicionamentos e parecia coerente ao que eles vinham ao longo do tempo trabalhando no Conselho. Continuou dizendo que aprovar ou não aprovar não queria dizer que se esgotava e que ao não aprovar seria aberto porque não tinham aprovado. Houve um novo burburinho no plenário. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)**, disse que se houvesse discussão ou não, deliberação ou não seria depois e que tinha sido isso que foi aprendido e a maioria também e que iriam continuar a deliberar e homologando ou não dizendo que era a Coordenadora da Mesa e que não estava contrária a nada e que estava deliberando com a questão deliberativa. O **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** assumiu o microfone dizendo que o encaminhamento dele foi de verificar se os conselheiros estavam em condições de votar e se estivessem em condições de votar que votariam e se não estivessem abririam o ponto; que era simples. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)**, dirigindo-se a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)**, perguntou como votariam sem a ata dos conselheiros do Distrital e que não sabia como votariam isso. Houve um novo burburinho. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)**, retomando a palavra, disse que colocaria para votação o ofício que tinha chegado e que no momento não tinha havido nenhuma solicitação de ata e nem de presença da reunião ordinária da AP 3.2. Continuando a pauta, leu o item **3) Ofício CDS AP 3.2 nº 43/2015**. Assunto: Homologação da decisão do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2 sobre a reestruturação do modelo de Atenção Básica da Área Programática da AP-3.2 dos Territórios descobertos pela Estratégia de Saúde da Família e a acessibilidade dos usuários da área e colocou em votação. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)**, pediu votação nominal. O **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, começou a contar o número de votos e o **Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI)**, recontou. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)**, disse que tinha uma abstenção. **Finalizou a votação com a homologação e aprovação pelo pleno do Ofício CDS AP 3.2 nº 43/2015**. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)**, dizendo que a Mesa tinha palavra, informou que passaria a palavra para o **senhor “Neco”** e mais uma pessoa contrária, o **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED)**. O **senhor Manoel João de Santana, “Neco”,** Presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2, deu boa tarde a todos e dizendo que no dia 19 de agosto realizaram a plenária do mês e que esse ponto de pauta tinha sido levado para discussão e que tinha sido apresentado pela Coordenadora todas as áreas cobertas e descobertas e que tinha chegado na Policlínica Rodolpho Rocco que estava coberta em 100% (cem por cento) e que tinha sido aprovado, levantado, debatido e, primeiramente, com todo o respeito, que tinha aberto a reunião às partes envolvidas que era a Coordenação de Área, o Conselho Distrital, os profissionais de saúde, os médicos e os sindicalistas **Oswaldo, Júlio Noronha** e outros mais e que depois tinha aberto para a plenária para quem quisesse falar e que esse negócio de dizerem que não tinham tido o direito de falar somente se não compareceram. Continuou dizendo que a plenária estava lotada e que tinha sido aberto para a plenária que era soberana e que, depois de todos os debates, tinha levado para a votação e que os conselheiros eleitos e

publicados no Diário Oficial do Município do Quadriênio de 2 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2015 tinham votado e que tinha comparecido 30 (trinta) dos 112 (cento e doze). Continuou informando que tinha falado que outras pessoas que não eram conselheiras votaram e ele iria trazer a ata e o livro de presença e que irá correr atrás do prejuízo porque era mentira e falou que só conselheiros votariam se quisessem que publicasse e que 30 (trinta) haviam votado e que dos 30 (trinta), 26 (vinte e seis) tinham votado a favor do remanejamento dos profissionais de saúde para as outras unidades descobertas dentro da própria área, sendo que 2 (dois) tinham votado contra e que tinha tido 2 (duas) abstenções. Era o que estava escrito no ofício. Conselheiro que não se identificou argumentou e o **senhor “Neco”** disse que estava lá e que tinha sido conferido por todos e querer ganhar no grito era diferente porque tinha aberto a palavra para todos que estavam lá e que já tinha sido errado e queriam manipular o trabalho do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2 e que tinham de respeitar o trabalho dos Conselhos Distritais e sempre eram desprestigiados. Finalizou dizendo que tinha sido votado e que foi a maioria absoluta e a decisão está mantida daquilo que foi discutido na plenária de 19 de agosto e que o resultado está mantido. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)**, tomando a palavra, disse que estava aguardando mais tranquilidade para fazer essa discussão dirigindo-se ao **senhor “Neco”**. Prosseguiu dizendo que, com todo o respeito que tem por ele, que é a primeira vez e que já tinha estado na Executiva por várias vezes, que questões mais complicadas e que ele também já tinha estado lá na presidência da Executiva, que nunca tinha visto homologarem ata de uma Distrital através de um ofício e queria pedir por causa de umas pessoas na plenária que estavam inconformadas, para que houvesse o debate e que o governo permitisse que eles debatessem essa questão. Dirigindo-se à **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira e ao Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, disse que tinha lutado e que ela não tinha colocado toda a questão; que ele havia pedido para o governo para que essa questão fosse para a Mesa de Negociação e que o governo tinha vindo para cá tentar homologar isso no “tapa”. Continuou dizendo que não era assim que as coisas eram resolvidas e voltou a dizer que podiam homologar tudo sem ata, podiam homologar tudo sem assinatura e perguntou se esse Conselho era uma farsa e então, para que servia esse Conselho. Que iriam recorrer ao Conselho Nacional de Saúde porque estava sendo homologado um documento que veio do Distrital e que ele, também, mandaria um documento para cá e eles homologariam o documento dele sem assinatura, se era assim. Que se a questão era assim, era um desrespeito com eles. Dirigindo-se ao **senhor “Neco”**, dizendo que não havia necessidade de homologação naquela data, a não ser a necessidade do governo de colocar a Organização Social o quanto antes no posto de lá, que só deveria ser isso. Continuou dizendo qual era a urgência de tirar 21 (vinte e um) estatutários, urgentemente, deste posto, de ambulância. Por que isso e, qual seria a necessidade que o povo precisava que urgentemente resolvesse isso. Dirigindo-se à **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)**, dizendo o que ele estava recorrendo e queria que constasse em ata era que não se votasse e que retirassem hoje esse documento da plenária. Nesse momento houve novamente outro grande burburinho. Continuou dizendo que estava recorrendo da votação e tem o direito de recorrer. Prosseguiu dizendo que estava recorrendo e queria que constasse em ata e que essa votação fosse retirada de pauta até que o documento viesse com as assinaturas necessárias. Novo burburinho no plenário. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)**, tomando a palavra, disse que o **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)** estava solicitando um novo documento com ata e assinatura e que na próxima Executiva o Presidente traria para eles o ofício na íntegra com assinaturas de todos os conselheiros e ata proferia para que fosse aprovada na Executiva e no Conselho

Municipal de Saúde, mas que, quanto ao documento de hoje, tinha encerrado. Prosseguiu dizendo que os conselheiros municipais não poderiam se responsabilizar pelo que tinha sido falado no Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro – SASERJ)**, disse que gostaria que constasse em ata que estava sendo aprovado um ofício que não constava em ata e que tinha sido aprovado no Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2 assim como a listagem de presença que era obrigatório e, a Questão de Ordem era para que a Mesa. Nesse momento, outro burburinho no plenário. Continuando disse que se fosse aprovado alguma coisa com essa irregularidade que fosse encaminhado recurso ao Conselho Nacional e ao Ministério Público do Rio de Janeiro porque as pessoas não estavam discutindo e isso era um absurdo. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)**, tomando a palavra, disse que a votação já tinha acontecido e que não voltaria atrás. Continuou dizendo que a Comissão Executiva tinha feito um encaminhamento e que daria a palavra para o **Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI)** dizendo Questão de Esclarecimento para uma médica e para a **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** e para o **Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3)**. O **Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI)**, tomando a palavra, disse que uma parte tinha sido atendida que era atender a questão dos profissionais de saúde de poderem falar aqui no Conselho. Disse achar que não podia privar qualquer um que pudesse ter a voz aqui e que o voto era uma outra situação e que a voz teria que ter sempre ou não seria o controle social. Então teriam que começar a discutir o controle social do município do Rio de Janeiro mesmo o que fosse falado estivesse contrário ao pensamento e a ideologia dele. Continuou dizendo que escutava tantas coisas. Ratificou para que os profissionais de saúde fossem ouvidos por aquela plenária. Dirigindo-se à **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)** disse que uma Questão de Esclarecimento para esse ponto que estava marcado para que fosse deliberado em 30 (trinta minutos). Quando houve a deliberação já havia passado os 30 (trinta minutos). A médica **Ana**, dando boa tarde, disse que gostaria de entender um pouquinho esse sistema onde uma assembleia irá homologar e decidir uma questão e como que uma assembleia vinha para cá se reunir para decidir uma questão séria, no entanto, de manhã em sua sala atendia crianças deficientes e não comum. Que não era de ambulatório de pediatria comum, que atendia crianças deficientes e muito deficientes e que essas famílias sofriam demais com essas crianças autistas, paralisados cerebrais, crianças com transtornos do desenvolvimento e que a unidade deles prestava esse serviço a todas as crianças do Rio de Janeiro e que não conseguiam entender como iriam deslocar um profissional e que iria falar porque a médica **Ana** atendia, por exemplo, adolescentes também com problemas, obesos, etc; que era a única na área inteira de toda AP. Que atendia criança da Tijuca, Méier, Cachambi, Cavalcanti, do Rio de Janeiro inteiro e que, então não entendia por que não tinha profissional para substituí-la e caso ficasse doente, não teria ninguém para a substituir e mandar para a unidade tal. Continuou dizendo que no Engenho de Dentro tem um serviço desses, que tem um serviço de reabilitação com um profissional que atendia essas crianças e então, porque tiraria ela, por exemplo, o de Del Castilho, onde faz o atendimento de “n” lugares colocá-la para atender crianças com gripe, etc. Que não era um profissional generalista que iria substituí-la e que poderia simplesmente ser contratado pelo município para colocar nessa área descoberta dois pediatras. Disse que soube recentemente que tinham contratado pediatra para Del Castilho para a Clínica da Família e porque não contrataram pediatra para a área descoberta o que não dava para entender. Por que estavam tirando eles que eram especializados e que atendiam a todo Rio de Janeiro para colocá-los na Atenção Básica onde qualquer pediatra recém formado poderia

fazer, mas que não poderia substituí-la porque não saberia como tratar criança autista, criança com paralisia cerebral. Novo burburinho no plenário. Continuou dizendo que era favorável à Clínica da Família, mas que não entendia o sistema que iria privar inúmeras crianças de hábitos muito grave e que o CAPSi não atendia. Disse que eles pensavam que estavam ali homologando alguma coisa, mas não estavam, porque hoje, lá na unidade, em Del Castilho, entraram na sala onde estava atendendo uma criança deficiente a direção e um profissional estranho que nunca tinha visto, dizendo que não ficaria mais e que ele era quem ficaria. Finalizou dizendo que já tinha sido homologado há muito tempo e que era para inglês ver e que já os tinham expulsado pela manhã, muito antes deles exercerem a cidadania. Que eles tinham que pensar se gostariam de ser esse pai, essa mãe, esse tio, esse irmão que tinha uma criança deficiente, que eles correriam para onde; adolescentes obesos, crianças com AIDS, problemáticas. Finalizou dizendo que não era contra e que precisava da Clínica da Família porque ninguém dava conta de tudo sozinho e que precisavam dar as mãos e que não iriam retardar a Clínica da Família e queriam ajudá-los, ajudar o colega que estava lá e não ficarem cada um num mundo como se fossem inimigos. O **Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3)**, disse que estavam rasgando o que aprovaram em janeiro, que era o Regimento da Casa onde diz que tem a Lei 5.104, a Lei 8.080 e a Lei 8.142, e que não estavam discutindo atendimento, nem prestação de serviços porque isso era responsabilidade do Conselho e que não sabia se era no artigo 1º ou 2º. Que era fiscalizar, homologar, planejar e acompanhar todo o planejamento de estrutura de sua área e o que estava sendo discutido no Conselho era uma questão que tinha sido trazida para cá através de um conselheiro municipal sem que antes fosse discutido no Conselho Distrital e que esse Conselho Municipal de Saúde tinha entendido que a questão tinha que ser discutida no Distrital e deve ser levado para o Distrital sendo discutida lá e se houve ou não interesses ocultos lá que não era problema deles e se trouxeram para cá para homologação da decisão do Conselho Municipal de Saúde, que essa homologação deve ser respeitada pelo Colegiado tanto é que estão presentes. Prosseguiu dizendo que se eles tivessem feito alguma coisa oculta não estariam presentes e o que tinham que decidir era respeitar a decisão do Colegiado porque não eram soberanos nas decisões, mas eram eles que indicavam os representantes deles no Conselho Municipal e que desde o momento que tivesse uma representante do Conselho Municipal defendendo o que havia sido discutido ele entendia que estava em discussão o serviço; dirigindo-se à médica **Ana** dizendo que respeitava o serviço dela e sabe que mudanças sempre traz isso e que eles, conselheiros usuários já tinham sido tachados de várias coisas e que não iria falar porque senão seria mais um processo em cima dele. Disse que gostaria de saber por quê ninguém discutia lá a questão onde o Presidente do Superior Tribunal de Justiça homologou dando parecer favorável as Organizações Sociais quando eles foram "escrachados" dentro de uma Conferência e chamados de "vendidos" e que ninguém tinha ido lá para contestar a decisão do "homem" de Brasília que julgou procedente a decisão da Organização Social e que ninguém tinha ido lá discutir com ele. Continuou dizendo que se quisessem continuar lutando pelos seus direitos que teriam de buscar no Ministério Público e que, então, rasgariam o Regimento Interno desse Conselho e continuariam nisso. Que se viessem com o intuito de atravancar a pauta desde o momento que foi aprovada por esse Conselho, que não caberia mais discussão e homologaria o que foi decidido pelos companheiros e que a questão dos profissionais era sindical e que o sindicato era quem deveria colocar peito e discutir junto à direção do governo, junto com a Secretaria a situação deles. Continuou dizendo que o Conselho Municipal de Saúde não estaria lá para discutir questão somente de sindicato se um funcionário ficaria ou não porque quando se fazia concurso era para o Município do Rio de Janeiro ou para o Estado do Rio de Janeiro porque o Estado do Rio de Janeiro não se resumia somente ao município do Rio de Janeiro e quando se fazia concurso federal era para toda as áreas da federação. Continuou dizendo como fariam uma discussão tão ampla se os funcionários eram

federais e o certo era de se juntarem ao sindicato para procurarem seus direitos dentro dessa Secretaria e levar sim essa questão para discussão da Mesa e que o governo discutiria essa questão lá. Discutir serviço e responsabilizar os companheiros aqui e agora teria que saber se essas mudanças que a Secretaria está fazendo lá iria funcionar e que os companheiros agora estavam com mais um compromisso de saber se essas crianças que a médica havia falado continuariam sendo assistidas e se isso agora era papel do conselheiro; saber se essas pessoas que foram retiradas de lá e se esses serviços funcionariam. Que esse é o papel do conselheiro e não discutir aqui que era isso ou aquilo e ou incapazes; que eram capazes tanto que foram eleitos dentro da comunidade para representá-la e que eram quinze mil, vinte mil, quinhentos mil moradores. Continuou dizendo que era muito fácil discutir lá a pauta e achar que tinha um montão de pessoas que desconheciam qual era a representatividade deles e que era uma falta de respeito para com o companheiro “Neco”, mas que é solidário a ele nessa questão e se precisar ir ao Ministério Público para questionar essas coisas que foram faladas no Conselho, ele estava com o Colegiado da AP 5.3, junto e que não irá deixar eles serem atropelados por essas questões mínimas de vaidades profissionais que ficam aqui travancando a pauta do Conselho Municipal de Saúde. A **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, disse que estava fazendo somente um esclarecimento porque o **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)** havia citado a Mesa de Negociação do SUS, mas que não tinha sido dessa forma que havia encaminhado. Disse que teria avaliado a pertinência, a coerência e teriam recorrido ao Regimento. Primeiramente, disse que nenhum usuário seria desassistido porque, em toda mudança que ocorria em cada Distrito, é feito um levantamento, um acompanhamento. Como exemplo, disse que tinha o serviço de reabilitação no Engenho de Dentro e que tinham o CAPSi Eliza Santa Roza e achava muito importante o que o amigo havia falado e que cabia agora acompanhar para ver se haveria desassistência. Dirigindo ao **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)**, disse que iria repetir o que havia colocado naquele dia e que tinha várias pessoas que estavam presentes e sabiam que era isso o que havia colocado. Prosseguiu relatando o que tinha falado era que sozinha como governo não decidia isoladamente sobre as inclusão de temas na Mesa de Negociação do SUS e que existiam três temas na Mesa de Negociação onde conversavam, claramente com a atenção ao RH, da Gestão de Recursos Humanos, mas que levariam para a Mesa de Negociação, inclusive, ele poderia levar, o sindicato dele ou outros sindicatos presentes que poderiam levar e aí, avaliariam conjuntamente porque existia uma coisa chamada democracia e que não era "empoderada" para decidir isoladamente se votariam hoje isso na Mesa de Negociação. O que tinha encaminhado foram três pautas previstas para a Mesa de Negociação onde tinha coerência e consequência com o que ele estava colocando e que levariam e que essa tinha sido a questão e não de querer levar para a Mesa. Que isso em nenhum momento havia sido colocado. Em relação à assistência ficava colocado o pedido deles para que acompanhem, mas já dizendo desse cuidado que existia da coerência entre a especialidade do local onde a pessoa irá trabalhar como Centro de Reabilitação ou CAPSi e basicamente tinha sido isso. Dirigindo-se ao **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)**, disse que ele sabia da existência de um respeito mútuo e que não podia distorcer o que a pessoa falava. Disse que não tinha havido, em hipótese alguma, de nenhum dos membros da Comissão Executiva qualquer rejeição em incluir o tema na Mesa de Negociação. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)**, agradeceu e como o **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)** disse que o sindicato foi citado pediu a palavra e a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de**

Saúde da AP 3.1) disse que daria um minuto e que marcaria o tempo. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)** disse que o movimento sindical sempre vem caminhando com os usuários nesse Conselho e que se isso não estava acontecendo hoje, sabiam quem era o culpado disso e que o culpado é o processo de privatização que foi colocado nesse município por essa Secretaria que não respeita os profissionais de saúde e isso tinha que ser entendido; que se o movimento sindical não estava satisfeito, dirigindo-se à **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, dizendo que já era o momento deste governo mudar sua posição intransigente junto aos profissionais de saúde de acharem que funcionário público não valia nada e espera que esse discurso da Secretaria termine dentro de um ano e dois meses e que irá lutar contra isso e tem a certeza que durante esse tempo todo que estão brigando com a gestão é justamente porque os usuários ficam achando que eles estão contra porque o governo quer colocar os profissionais contra os usuários mas que não estão contra e sim pensando neles que talvez, a forma de comunicação deles não tenha sido melhor, mas a privatização do sistema de saúde, a questão das Organizações Sociais e essa “bandalheira” que tem sido feita no município do Rio de Janeiro em relação à saúde de tirar o servidor público é um verdadeiro absurdo. Houve novo burburinho no plenário. Prosseguindo, o **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)** disse para que deixem o governo falar porque ele tem que mostrar a sua cara. A **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, dirigindo-se ao **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)**, disse que não tinha nenhum problema em se posicionar e que eles não tem qualquer problema em melhorar a comunicação, avaliar o que não estava sendo adequado e que ele sabia disso, mas que não discutiria modelo de gestão em um minuto, que não tem como e achava interessante que pensar em gestão participativa e sendo interrompida. Disse que o princípio do respeito é escutar e as pessoas não querem escutar e que tinha escutado cada um que falou. Continuou dizendo que queria colocar isso para refletirem que a gestão participativa não é vilanizar o gestor, precarizar o trabalhador e vitimizar o usuário e que entende de gestão participativa. Disse saber que a boa gestão participativa é o bom debate, todos com direito a voz, todos com direito a respeitar o que estava pautado pelo Regimento. Dirigindo-se ao **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)**, prosseguiu dizendo que se ele tem críticas para melhorar a comunicação, que faça isso e que não é por conta do governo estar impedindo as pessoas de falarem e que não poderia discutir em um minuto o modelo de gestão, mas pensava que poderia ser um ponto de pauta. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)**, tomando a palavra, sugeriu que colocassem como ponto de pauta para Mesa de Negociação do dia seguinte. Dando continuidade ao **item 2) Deliberação dos processos: 09/001487/2015. Assunto: Hospital Municipal Evandro Freire - Habilitação da UTI Tipo II - AP 3.1; 09/001756/2015. Assunto: GAMIR - Grupo de Assistência Médica Integral de Realengo Ltda - Chamada Pública 001/2015 - Imagem - AP 5.1; 09/002015/2015. Assunto: Hospital Municipal da Mulher Mariska Ribeiro - 11(onze) leitos de Ucinco e 04 (quatro) leitos de Ucinca - AP 5.1 - 05 minutos**, disse que um companheiro tinha pedido vistas aos processos e que não discordou de nada e que ele precisou sair mas deixou a sugestão para aprovação. Perguntou se poderiam votar em bloco e com o aval do plenário os processos **foram colocados em votação e aprovados pela maioria simples dos votos com uma abstenção** nominal a pedido da **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro – SASERJ)**, explicando o motivo de sua abstenção dizendo que diante dessa discussão toda do Conselho Municipal de Saúde e do controle social se descontrolando que não votou porque

não estava entendendo mais nada nesse Conselho e que essa plenária teria tirado o foco da coisa e que foi discutido várias coisas sem aprofundarem no assunto e que tinha enveredado por caminhos que realmente deixava muito a desejar e, portanto, absteve de votar porque não estava esclarecida do teor dos processos. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)**, pedindo a palavra, disse que também se absteve porque tem um pacto neste Conselho e que este pacto foi rompido hoje entre os profissionais de saúde, os usuários e os gestores e enquanto esse pacto não for reconstruído, não tem como votar esses processos em bloco; dizendo que os processos agora teriam que ser votados de acordo com a Lei porque a Lei não pode ser usada duas vezes para os processos de um jeito e para as homologações é de outra. Continuou dizendo que como existem duas visões por parte de um segmento, dos gestores, que quando tinha que homologar uma coisa que interessava teria que ter ata e assinatura, etc. que esse pacto acabou e que a Secretaria irá saber agora que os profissionais de saúde não somente pedirão vistas, mas olharão cada processo que passar pelo Conselho Municipal de Saúde com muito juízo porque se eles, hoje, querem usar a Lei que eles se instrumentalizem com a Lei e “ferro e fogo” com relação aos processos e que por isso se absteve. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)**, passou ao **item 4) Comissão de Educação Permanente**: Apresentação do vídeo sobre Atendimento de Emergência de doenças neuromusculares. A **Conselheira Ângela Rocha de Lamare Leite (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, tomando a palavra, disse que enquanto preparavam a apresentação dizendo achar que é muito pertinentemente, que foi aprovado praticamente nas dez Conferências Distritais e na Conferência Municipal de Saúde a questão das capacitações dos conselheiros de saúde e que, todo mundo, em todas as distritais sempre vem solicitando a capacitação e que por isso, a Comissão de Educação Permanente começará a elaborar uma capacitação para Conselheiros e para tanto, gostaria de forma coletiva construir essa capacitação e para isso pede a contribuição dos conselheiros encaminhando ao e-mail do Conselho Municipal de Saúde sugestões para a capacitação. Finalizou dizendo que era este o recado. A **Conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular - ACADIM)** iniciou a apresentação dizendo que o vídeo foi construído em parceria com a Prefeitura através da Rede OTICS e que fez questão de apresentá-lo ao Conselho Municipal de Saúde porque acha que ele complementa uma ação desse Colegiado quando anos atrás esse Colegiado votou um processo onde foi aberta uma parceria com a **AFIC PDN** que é uma clínica que atende pacientes com doenças neuromusculares. Prosseguiu dizendo que é uma Lei federal e que esse Conselho Municipal de Saúde votou por unanimidade a aprovação desse processo, embora tivesse ocorrido pedido vistas, discutido para finalmente ser aprovado por unanimidade. Continuou dizendo que esse vídeo foi idealizado há muito tempo porque muitos pacientes com doenças neuromusculares por conta de serem doenças raras, acabam sofrendo agravamento da sua doença e até óbito prematuro devido a muitos profissionais de saúde não lidarem no seu dia-a-dia com esses pacientes e acabam tomando condutas inadequadas, seguindo protocolos já pré-estabelecidos para a maioria dos pacientes e que esses pacientes neuromusculares acabam sofrendo as consequências dessa falta de divulgação da necessidade de um tratamento e de um atendimento mais específico. Disse que idealizou esse vídeo e que foi muito bem produzido pela OTICS, de uma forma leve, suave e bem didática onde, tanto o médico terá condição de entender como qualquer usuário, quanto qualquer pessoa terá condições de entender a especificidade no atendimento desses pacientes e, gostaria que assistissem esse vídeo que poderá ser levado até eles, para onde quiserem, para capacitação de diferentes áreas e que esse é um Projeto que a Associação Carioca de Distrofia Muscular pretende desenvolver a partir do próximo ano, levando conhecimento às diferentes áreas do Município e do Estado do Rio e que o seu sonho é ultrapassar as fronteiras do Estado do Rio de

Janeiro atingindo todo o Brasil para que os pacientes possam ter um atendimento mais adequado. Como houve um problema técnico foi dada a continuidade a pauta. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)**, passou ao **item 5) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - 10 minutos**, foi chamada inicialmente a Comissão de Saúde do Trabalhador, Comissão de Saúde, Comissão de Orçamento e Finanças, Comissão de Saúde Mental, Comissão de Gêneros, Raças e Etnias, Comissão Especial para Acompanhamento de Eventos de Massa, ambas sem informes. Comissão de Educação Permanente dizendo que era a apresentação da **Conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular - ACADIM)**. Comissão de DST/AIDS a **Conselheira Sônia Regina G. da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2)** disse que tinha ficado agora encarregada porque o **Conselheiro Carlos Tufvesson**, que era o presidente precisou sair e estava fazendo essa parceria com ele e que uma das primeiras coisas que já tinham conseguido essa semana foi restaurar a frente parlamentar DST/AIDS e que agora estavam conversando com os Vereadores na Câmara para ver se conseguiam unir essas duas frentes porque a “TB”, tuberculose, já tinha essa frente, essa expertise e eles queriam ver se conseguiriam unir as duas, mas se não fosse possível, paralelamente estava sendo restaurada. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)**, passou ao **item 7) Informes do Colegiado - 30 minutos**. O **Conselheiro Mauro André dos Santos Pereira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2)**, dando boa tarde, convidou a todos para o 1º Encontro Socioambiental da Zona Oeste, que era uma organização dos Conselhos da 5.1, 5.2 e 5.3 e que será no dia 12 de setembro no CMS Waldyr Franco, em Bangu, de 9h às 16h e que abordará os temas de água, ar, clima e problemas socioambientais da Zona Oeste e que é uma parceria entre Conselhos e entidades locais da Zona Oeste para promover ou melhor acalorar os debates para a próxima Conferência de Meio Ambiente da cidade do Rio de Janeiro que acontecerá no dia 22 de março de 2016. **Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3)** disse que o informe dele era oportuno porque o Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3 desconhecia qualquer pacto para votação desse ou daquele processo aqui no Conselho Municipal de Saúde. Informou que sempre estarão respeitando o que será votado aqui e, que é o Regimento dessa Casa e a este Colegiado que são pessoas eleitas para estarem representando os seus Conselhos. Finalizou dizendo que o Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3 desconhecia qualquer pacto para votação ou ser votado e qualquer questão inerente a qualquer região; que não tinham conhecimento desse pacto e que tinha ficado até surpresos em serem mencionados como usuários de dizer que esse pacto existia. Informou que nunca tinha existido e que isso era uma “farsa”, uma mentira e que não reconheciam esse pacto. Concluiu dizendo que estarão sempre trabalhando em cima do Regimento e da Lei que os Conselhos Distritais e o Conselho Municipal de Saúde. O **senhor Oswaldo Sérgio Mendes (SINDSPREV)**, dando boa tarde a todos e todas, informou que é da saúde federal e que trabalhava no PAM Del Castilho. Disse que o seu informe é sobre a greve, que estavam numa greve em nível nacional desde 07 de julho e estavam negociando ainda com o Governo Federal e que ainda não tinham chegado a um consenso e acreditavam que até o final desta semana a greve se encerraria, mas dentro da pauta de negociação que estavam buscando. Prosseguiu informando que está muito difícil porque o Governo não “arredava o pé” e que 21,3 (vinte e um virgula três) em 4 (quatro) anos é um absurdo e que estavam tentando reduzir para 2 (dois) anos, ou seja, 10,8 (dez virgula oito) em 2 (dois) anos. Que daria para negociar além da incorporação das gratificações, da questão da hora e das condições de trabalho. Finalizou informando que esse é o seu informe e que estava com um problema no nariz o que está incomodando. O **Conselheiro João Dionísio Menezes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3)**, começou o seu informe dizendo que representa os usuários da AP 3.3, Madureira, Pavuna, com 1.500.000 (hum milhão e meio) de habitantes, aproximadamente e quer informar

tanto ele quanto às pessoas deveriam ter tido através da imprensa televisiva que neste exato momento deveria estar sendo sepultadas cerca de 15 (quinze) pessoas do acidente gravíssimo que ocorreu no ônibus no município de Paraty vizinho ao nosso Rio de Janeiro e quer conclamar os companheiros delegados que irão participar da 7ª Conferência Estadual de Saúde entre 01 e 04 de outubro, no Maracanãzinho, que atentem para a necessidade de apresentar uma proposta para encaminhamento ao Congresso Nacional no sentido de estabelecer norma de fabricação de veículos com velocidade máxima e potência de acordo com o máximo permitido nas rodovias do país. Que isso é lógico e evidente com veículos liberados como ambulância, polícia, bombeiros e autoridades e que tinha como objetivo evitar que o Brasil fosse estatística como o campeão em óbitos em acidentes de trânsito. Prosseguiu informando que, hoje, os principais quesitos na fabricação dos veículos na nossa concepção deveria ser o conforto e a segurança desse veículo, pois sem isso, o usuário não chega saudável ao destino e sim para o hospital ou cemitério e que, então, precisavam atentar para isso porque a 7ª Conferência Estadual está prestes a acontecer no Maracanãzinho. Agradeceu. A **Conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro - SATEMRJ)**, iniciou o seu informe falando sobre greve e que o companheiro já havia falado sobre a greve federal e queria falar sobre o Sindicato que representa que é o Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro e que não representava todo mundo; que hoje estava "rolando" no WhatsApp que o Estado também entrou em greve, mas que a categoria deles ainda estava sendo ouvida e que está participando de 18 (dezoito) assembleias para fazer em 18 (dezoito) unidades estaduais e já tinha ido a algumas e que nessa semana tem ido a todas para e que somente quem deflagrava greve era o plenário da categoria e não o sindicato. Quem deflagra a greve são os trabalhadores e estão indo as unidades do Estado para ver se querem ou não paralisar diante da falta de negociação do Governo do Estado, Pezão, que é o PCCS. Informou que houve uma decisão de um sindicato do Estado, mas que o seu sindicato não estava e que a categoria não tinha deflagrado greve ainda. Com relação ao Federal informou que estão aguardando a negociação e quem está em greve federal são os auxiliares e técnicos de enfermagem e os enfermeiros e, em alguns pontos está bem ferrenha sem o comparecimento das pessoas e que o sindicato que representa duas categorias, os Auxiliares e Técnicos, que essas duas categorias não deflagrarão greve e pediu para que constasse em ata. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ)**, dirigindo-se à **Conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro - SATEMRJ)**, iniciou o seu informe dizendo que queria cumprimentá-la pelo trabalho que está sendo feito nos hospitais federais e que é a organização do pessoal do Estado e que era preciso voltar a organizar os trabalhadores para enfrentarem essas dificuldades e precarização do serviço público independente de serem do Estado, do Município ou da União. Disse que se inscreveu na perspectiva de ter alguma questão e perguntou qual era o pacto e, que não tinha pacto nenhum feito com absolutamente ninguém e que o seu pacto é pela melhoria das condições de atendimento aos usuários no Sistema Único de Saúde, pela não degradação dos serviços públicos de saúde, pela "não berração" que estavam fazendo naquele PAM de Del Castilho. Ratificou dizendo que o seu pacto é pela saúde do Rio de Janeiro e queria deixar muito claro isso e quem faz é o "diabo", não ela. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)** informou que o pacto tinha sido feito com os Conselhos Distritais porque sempre respeitou os Distritais e a **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ)** disse que se não quisesse votar em um processo que tinha vindo dos Distritais, que não votaria. Prosseguiu dizendo que poderia ter se expressado mal, mas que a questão toda é que sempre na Executiva os profissionais de saúde, analisam os

processos que vem dos Distritais e que após discussão seguem para a plenária e que agora terão que reler. **O Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, dirigindo-se à **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde AP 3.1)**, sugeriu por falta de condições técnicas que a apresentação ficasse para a próxima reunião do Colegiado, sendo acatado. A **Conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular - ACADIM)**, informou que tentaram falar com os diretores do hospital do atendimento de emergência, mas não conseguiu. Que na verdade era uma questão técnica mesmo e que no próximo mês se quiserem farão a apresentação. Prosseguiu informando que é uma pena porque ontem foi o dia de Conscientização sobre a Distrofia Muscular de Duchenne e que a data é comemorada mundialmente onde soltam balões vermelhos para tentarem chamar a atenção para a conscientização da Distrofia Muscular de Duchenne, que é mais comum e a mais grave e que atinge um menino a cada 3.500 (três mil e quinhentos) nascidos. Prosseguiu informando que a doença tem um desenvolvimento muito padrão e que, geralmente, no início da adolescência esses meninos param de andar e que até algum tempo atrás, em torno de 14 ou 15 anos esses meninos vinham a óbito. Continuou dizendo que, graças a Deus, com o advento das tecnologias, inclusive, nesse Conselho Municipal de Saúde que é responsável por isso, hoje, esses meninos tem uma perspectiva de vida muito mais longa; que tem meninos com vinte e quatro anos e que no dia 17 de setembro terão a 5ª Jornada Científica e que não teve o prazer de ver um conselheiro nessa Jornada. Disse que os Conselheiros David Lima e Angela de Lamare já foram e gostaria de contar com a participação deles novamente. Informou também que iriam trazer um menino da Marinha que tem Distrofia Muscular de Duchenne mas que algum tempo atrás foi a óbito e que estava fazendo doutorado em Engenharia Elétrica. Por isso, terão que trazer outro menino com Distrofia Muscular de Duchenne e que está cursando jornalismo. Prosseguindo disse que irão falar com a assistente social da Rede, com distrofia muscular mineral que era extremamente competente no que fazia, também uma psicóloga que trabalha na ACD de São Paulo com distrofia muscular falando sobre a desconstrução do filho ideal, do ideal de quando o filho nasce com uma deficiência e como lidar com essa situação além de nomes conhecidos como a **Dra. Ana Langer**, da USP, que falará dos novos medicamentos que estão surgindo no tratamento da distrofia, a **Dra. Alexandra Prufer**, da UFRJ, que irá falar sobre a importância do diagnóstico genético e do clínico, **Dr. Fernando Neiva**, que também virá de São Paulo falar sobre o avanço das pesquisas nas doenças neuromusculares de um modo geral com dois vídeos de conferências e, um com o **Dr. Miguel Gonçalves** que é fisioterapeuta internacionalmente conhecido na parte de capacidade respiratória de ventilação não evasiva e que virá também de Portugal um rapaz com a amiotrofia muscular espinhal que está cursando mestrado em psicologia. Que é psicólogo clínico e falará sobre a sexualidade nas doenças neuromusculares. Continuou informando que é uma pauta bem bacana. No dia 17 de setembro, numa quinta-feira, de 9h às 17h no Salão Nobre da OAB que fica na Marechal Câmara, 150 e gostaria que todos participassem. Disse que o nome Jornada Científica parecia que era coisa científica, mas que não era assim e qualquer pessoa que lá for sairá enriquecida com o que acontecerá. Que podem ter certeza. As inscrições serão feitas pelo e-mail da ACADIM: acadim@uol.com.br e quem não conseguir gravar o e-mail que poderá mandar para o seu e-mail que os conselheiros tem e, poderão enviar a inscrição e que terá muito prazer em vê-los lá. Prosseguiu informando que tem a experiência de um conselheiro estadual que, uma vez, quando ainda não era conselheira fez uma palestra no Conselho Municipal de Saúde e pelas coisas que falou sobre distrofia muscular que ele tinha guardado e esse ano ele a procurou dizendo que tinha fechado o diagnóstico de uma criança com distrofia muscular; que estava para lá e para cá e que ninguém descobria o que ele tinha e que fechou o diagnóstico e que conselheiro levou a criança na ACADIM e, realmente tinha distrofia muscular.

Finalizou para que tivessem uma ideia de que qualquer pessoa que estiver capacitada e informações a respeito conseguirá identificar e trazer melhoria de vida para essas pessoas porque em cada área deles poderá ter um agente multiplicador e um guerreiro junto com ela nessa batalha. A pedido do **Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI)**, a **Conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM)**, confirmou o e-mail e disse que a presença dos psicólogos será uma maravilha com dois psicólogos na agenda. Pediu para que divulgassem nas AP's, áreas e unidades. Agradeceu. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)**, retomando a palavra, disse que a companheira **Kátia**, do Conselho Estadual, estava presente e o **senhor Miguel**, representante de Seropédica e da Metropolitana I enviou um documento e que irá ler e diz respeito aos Delegados que irão participar da 7ª Conferência Estadual de Saúde que ocorrerá de 01 a 04 de outubro no Maracanãzinho. Prosseguiu dizendo que as propostas que o Conselho Municipal enviou as AP's para que os presidentes pudessem reproduzi-las para os seus delegados. Iniciou a leitura: *“Estamos*

nos aproximando da 7ª Conferência Estadual de Saúde cujo tema é “Saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas: direto do povo brasileiro”. Esse ano a Conferência abrirá vagas para participantes livres, ou seja, pessoas da sociedade civil que não virão como Delegados eleitos nas Conferências e plenárias municipais. Sendo assim, no dia 16 de setembro de 2015 realizaremos uma plenária livre para mobilizar a participação desta plenária de representantes, entidades e movimentos populares dos povos indígenas, quilombolas, trabalhadores e trabalhadoras rurais e assentados, movimentos feministas de mulheres, movimento negro, movimento LGBT, manicomial, contra a AIDS, comunidades dos rios, do campo e da floresta, comunidades travestistas, coletiva da juventude, portadores de patologias, pessoas com deficiências, idosos, população na situação de rua, população cigana e demais populações em situação de vulnerabilidade social. A proposta é debater sobre o papel das Conferências de Saúde e incentivar a participação das pessoas na Conferência Estadual, divulgar o tema central e dos eixos da 7ª Conferência Estadual de Saúde, incentivar a participação social na construção das diretrizes da política pública de saúde do Estado nas Conferências Estadual e Nacional. É muito importante a presença de todos. Local: rua México, 128, 10º andar, auditório, dia 16 de setembro de 2015, de 9h às 15h”. Finalizou dizendo que havia falado pelo Secretário Executivo e não havendo mais nada a ser informado a **Coordenadora da Mesa e Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** deu por encerrada a reunião às dezesseis horas e dezenove minutos e, eu **Carmem Terezinha Gomes Sasaki** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** como substituta do presidente deste Conselho **Dr. Daniel Ricardo Soranz Pinto**.

Carmem Terezinha Gomes Sasaki

Maria de Fátima Gustavo Lopes

